

A Guerrilha do Araguaia na Literatura: Memória e Resistência

The Araguaia Guerrilla in Literature: Memory and Resistance

Cesar Alessandro Sagrillo Figueiredo

UFNT

Resumo: A ditadura civil-militar brasileira (1964=1985) foi um dos períodos políticos mais deletérios da história do país, pois legou inúmeros percalços para a sociedade. A fim de fazer frente aos arbítrios ditatoriais, ocorreu uma insurreição armada no Norte do estado do Tocantins e no Sudeste do Pará denominada como Guerrilha do Araguaia (1972=1975), com um saldo negativo de muitas mortes para os camponeses da região e militantes da esquerda armada. Em face do exposto, este artigo possui como objetivo principal examinar o diálogo entre a memória de um evento traumático e o reflexo na produção que versa sobre a Guerrilha do Araguaia no âmbito da Literatura de Testemunho. Como aporte teórico, trabalharemos com o conceito acerca de Literatura de Testemunho (SELIGMANN-SILVA, 2008; SALGUEIRO, 2012) e com as discussões sobre da memória e os seus usos políticos. Para efeitos metodológicos, tratar-se-á de um trabalho qualitativo, a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema focando acerca do arcabouço teórico da memória e da Literatura de Testemunho da Guerrilha, assim como visamos uma reconstituição histórica do período em tela estudado. Como resultado de pesquisa, constatamos que a forja da memória sobre a Guerrilha do Araguaia utilizou muito do repertório narrativo da Literatura de Testemunho sobre o tema, igualmente, constatamos que aproveitou o cenário de discussões políticas do início dos anos 2000 com vista a se edificar e vocalizar como um testemunho pujante das vítimas do Estado.

Palavras-chaves: Literatura de Testemunho; memória; ditadura civil-militar brasileira; trauma.

Abstract: The Brazilian civil-military dictatorship (1964=1985) was one of the most deleterious political periods in the country's history, as it bequeathed countless mishaps to society. In order to face the dictatorial decisions, an armed insurrection took place in the north of the state of Tocantins and in the southeast of Pará called the Guerrilha do Araguaia (1972=1975), with a negative balance of many deaths for the peasants of the region and militants of the armed left. In view of the above, this article has as its main objective to examine the dialogue between the memory of a traumatic event and the reflection in the production that deals with the Guerrilha do Araguaia in the scope of Testimony Literature. As a theoretical contribution, we will work with the concept of Testimony Literature (SELIGMANN-SILVA, 2008; SALGUEIRO, 2012) and with discussions about memory and its political uses. For methodological purposes, treat It will be a qualitative work, based on a bibliographic review on the subject focusing on the theoretical framework of memory and the Guerrilla Testimony Literature, as well as aiming at a historical reconstitution of the period studied. we found that the forge of memory on the Guerrilha do Araguaia used much of the narrative repertoire of the Literature of Testimony on the subject, we also found that it took advantage of the scenario of political discussions of the early 2000s in order to build and vocalize itself as a powerful testimony of state victims.

Key-words: Testimony Literature; memory; Brazilian civil-military dictatorship; trauma.

Recebido em 30 de setembro de 2023

Aprovado em 30 de dezembro de 2023.

Introdução

A literatura sobre a ditadura se constrói a partir desse palimpsesto e cumpre o papel de suplemento aos arquivos que, ainda quando abertos para a população para consulta, são áridos e de difícil leitura. Ao criar personagens, ao simular situações, o escritor é capaz de levar o leitor a imaginar aquilo que foi efetivamente vivido por homens e mulheres. Comparando história e literatura, Ricouer registra a liberdade dos escritores de ficção em relação aos fatos efetivamente acontecidos. O que lhes permite usar fontes de pesquisas vedadas ao historiador no que lhe concerne à temporalidade (FIGUEIREDO, 2017, p. 29).

Quando pensamos a respeito da memória e história de um período, sabemos, de antemão, que a sua construção não é um instrumento realizado individualmente, mas sim efetivado a partir de uma forja coletiva, com vistas a construir uma tessitura fina entre todos os personagens da história. Igualmente, sabemos como a história, contada a partir do avivamento da memória, pode ser seletivamente erigida e recortada, dependendo do centro de tradição que possui a primazia oficial da história. Nesse sentido, estabelecemos a discussão da memória com o suporte da literatura como se fosse um objeto cognitivo para armar, a partir de vários encaixes como um fragmento a ser recuperado, podendo, muitas vezes, ter soluções diferenciadas, dependendo dos atores políticos e agentes que se dispõem a montar.

Tal processo de tessitura torna-se ainda mais belicoso e difícil de montar quando trabalhamos com memória política da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), uma vez que fora um dos períodos mais complexos da história recente do país, em virtude, justamente, do Terror de Estado (PADRÓS, 2005) perpetrado pela corporação militar atingindo a sociedade civil. Também, pela opressão violenta desferida aos opositores políticos gerando diversos crimes de lesa-humanidade. Nessas discussões, torna-se de fundamental importância o estudo acerca da Guerrilha do Araguaia (1972-1975), evento político capitaneado pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) que lutou contra o fascismo ditatorial do período.

Destacamos que a Guerrilha do Araguaia ocorreu no Norte do país, no auge do poder da corporação militar, por conseguinte, sendo cruelmente massacrada. Como consequência do infortúnio, teve nula divulgação no período, melhor dito, um total sigilo por parte da ditadura. Transcorrido algumas décadas, começaram a frutificar produções alhures que tentavam revelar as agruras do período ditatorial, inclusive acerca da opressão e do medo que ficara marcado o Norte do país em face dos reflexos negativos do massacre

da Guerrilha. Entre essas obras, destacamos uma série de publicação em caráter diverso que abordam a respeito do tema, por exemplo, documentos partidários, filmes, dissertações, teses e, mais recentemente, uma nascente produção da literatura de ficção. Nessa perspectiva, poderíamos dialogar que o caudal dessa produção estaria dentro do escopo na demonizada Literatura de Testemunho, conforme indicativo teórico:

Há, em suma, inúmeras modalidades de testemunho, seja em relação a situações, eventos, períodos (Shoah, Gulag, genocídios, guerras, ditaduras, tortura, miséria, opressão etc.), seja em relação a formas de expressão do testemunho (memória, romance, filme, depoimento, poema, quadrinhos, canções etc.). Sendo “Gulag” um acróstico do russo Glavnoie Upravlenie Lagueri (Direção Geral dos Campos), nunca é demais precisar que Shoah (devastação, catástrofe) difere de Holocausto (“todo queimado”), termo que implica alguma positividade, de sacrifício para deus (SALGUEIRO, 2012, p. 286).

Mediante o exposto, este artigo possui como objetivo principal examinar o diálogo entre a memória de um evento traumático e o reflexo na produção que versa sobre a Guerrilha do Araguaia no âmbito da Literatura de Testemunho. Quanto a produção, num primeiro olhar a partir da teoria e da gravidade do evento político, poderíamos pensar que pelo trauma vivido, em virtude do Terror de Estado impetrado na área circunscrita da Guerrilha, haveria um material extremamente amplo para revisar. Porém, destacamos que pelo fato das severas sanções e do sigilo imposto pelos militares ao tema, houve nos primeiros anos do conflito uma tímida produção, sendo que somente ocorreu uma maior abertura nos anos subsequentes. Justamente por esse motivo, no tocante a análise do material bibliográfico do objeto deste artigo, almejamos trazer à discussão as principais bibliografias, dando destaque às obras de ficção nos anos recentes, com vista a servir como guia para as pesquisas futuras.

Dessa forma, com o fito de cumprir um recorte temporal extremamente amplo, dos anos 1970 aos anos 2000, cumpre dividir o artigo nos seguintes objetivos específicos: 1) compreender os encaixes teóricos da memória e a importância da Guerrilha do Araguaia como objeto a ser estudado, bem como almejamos analisar como se processou as primeiras tentativas de construir uma Literatura de Testemunho acerca desse tema nos anos 1970 e 1980. Por fim, 2) verificar a emergência do tema a partir dos anos 1990 até, mais recentemente, a tentativa de consolidação do Araguaia como um *case* dentro da seara do Testemunho nos anos 2000. Para efeitos metodológicos, tratar-se-á de um trabalho qualitativo, a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema focando acerca do arcabouço teórico da memória e da Literatura de Testemunho da Guerrilha, assim como

visamos uma reconstituição histórica do período em tela estudado.

1 O caso da Guerrilha do Araguaia e a formação da memória acerca de um evento traumático no campo da Literatura de Testemunho

A fim de discorrermos acerca dos conceitos da memória e os seus usos no campo da literatura, primeiramente, torna-se pertinente construirmos o enquadramento da memória como objeto teórico e empírico, justamente como intuito de dar corpo e lastro para as análises realizadas. Evidenciamos que o estudo da construção da memória adquiriu uma densidade conceitual muito importante em pesquisas recentes, principalmente pela contribuição realizada pelas Políticas Públicas de Memória nos países em que ocorreram ditaduras militares e Estados de exceção, servindo de aporte para os casos em que fora efetivada uma Justiça de Transição. Segundo Beatriz Sarlo (2007), os discursos testemunhais contribuíram fundamentalmente para revelar os crimes das ditaduras militares na América Latina após o seu ocaso, uma vez que através dos tribunais de reparação as vítimas puderam dar os seus testemunhos, conseqüentemente, avivando as memórias recônditas do todo o horror vivido e criando, portanto, um rico e inquestionável repertório histórico narrativo.

Nesse percurso de avivamento do campo da memória dos sobreviventes é que surgiu a denominada Literatura de Testemunho, que se erigiu frondosamente como fruto dos livros publicados, especialmente, pelas vítimas de primeira geração do nazismo. Torna-se destaque, por exemplo, as obras de vários autores que procuraram descrever como era a vida dentro dos Campos de Concentração, igualmente é relevante destacar as obras de cunho memorialísticos dos diversos sobreviventes do Holocausto, dos exílios, dos genocídios e das ditaduras militares. A produção é ampla e extremamente abrangente, pois reflete muito a partir das dores e dos sofrimentos das vítimas, tornando-se extremamente farta como material bibliográfico até o presente, podendo ser testemunhos, relatos, biografias e depoimentos. A primeira vertente deste gênero destaca as agruras dos judeus nos campos de concentração e receberam o nome judaico de *Shoah*, que etimologicamente significa Catástrofe. Uma outra vertente da Literatura de Testemunho estabeleceu um outro conceito, surgida nos anos 1960, impulsionado pelo Prêmio Casa de Las Américas e fomentada pelo governo cubano, recebeu a denominação *Testimonio*, que na sua tradução livre podemos definir como Testemunho

Dialogando com essas perspectivas teóricas entre a Literatura de Testemunho e a memória, enfatizamos que o aporte teórico acerca do testemunho reproduz, conseqüentemente, um conjunto de vozes que sempre polarizaram a reflexão a partir da literatura memorialística e que também se coadunam com outras searas, como o jornalismo e o cinema, justamente pela sua capacidade discursiva de reverberar com força o testemunho, a memória e a resistência (SALGUEIRO, 2012). Portanto, realçamos que essa multivocalidade das vozes do testemunho, tanto do *Shoah* quanto do *Testimonio*, reavivam a história e, conseqüentemente, possuem instrumentos políticos de denúncias. No caso brasileiro, possuindo proximidades com essa segunda vertente, esses *links* atualizaram e aproximaram fronteiras discursivas comuns contra a ditadura civil-militar em seu estágio final, assim como ocorreu com os demais países latino-americanos que passaram por traumas em face de regimes ditatoriais.

Em síntese, no Brasil, a Literatura do Testemunho e outras mídias conseguiram se transformar em porta-vozes privilegiados de alguns personagens, principalmente os que resolveram transpor a barreira dos subalternos com os seus silêncios forçados e os lapsos históricos oficiais. Mediante essa literatura, esses agentes políticos conseguiram revelar as dores e os seus traumas através das páginas dos livros, assim como das diversas mídias que procuraram respostas para tantas dores infringidas, mesmo com toda a dificuldade de traduzir o inenarrável. Conforme Seligmann-Silva (2008, p. 67) acerca da difícil transcrição de narrar o trauma: “nestas situações, como nos genocídios ou nas perseguições violentas em massa de determinadas parcelas da população, a memória do trauma é sempre uma busca compromisso entre o trabalho de memória individual e outro construído pela sociedade”.

Portanto, a Guerrilha do Araguaia pode ser inclusa com maestria como um *case* nessas discussões teóricas, haja vista foi um evento político que grassou toda a região entre o sudeste do Pará e o norte do atual estado do Tocantins, outrora Goiás, na denominada abrangência geográfica do Bico do Papagaio. O território fora escolhido para ser a centelha revolucionária capitaneada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a fim de colocar em xeque a ditadura vigente. Em seu cerne, a linha política comunista possuía as diretrizes das revoluções marxista-leninista de libertação nacional, do campo para cidade, melhor dito, vislumbrava que a revolução seria camponesa e que cercariam as cidades com vista a derrubar a ditadura.

Para tal empreitada, a direção comunista começou encaminhar, após um primeiro treinamento na China e com muito cuidado, os seus militantes ao almejado enclave guerrilheiro. Chegaram à região no final dos anos 1960, sendo ampliado o seu contingente após o Ato Institucional nº 5 (AI-5) de 1968. No início dos anos 1970 contava-se em torno de mais de 60 militantes vivendo como camponeses na região. Porém, não transcorreu como almejado pelo PCdoB, pois a repressão chegou no espaço da guerrilha antes da preparação efetiva e região fora descoberta em 1972, ficando deflagrada como uma zona de guerra, melhor dito, com aspecto de campo de concentração no arco espacial da guerrilha: ninguém poderia entrar e tampouco sair. Os primeiros a ser dizimados foram os guerrilheiros; após o massacre, a perseguição se estendeu à população campesina, com o intuito que cessasse o apoio local aos comunistas.

O saldo da ação militar contra os comunistas e a população campesina foi extremamente cruel, contando com dezenas de desaparecidos políticos entre os guerrilheiros: o alto escalão da ditadura desferiu a sentença de morte e a ocultação de cadáver aos seus oponentes da Guerrilha do Araguaia (GASPARI, 2002). De igual modo, destacamos que o Terror de Estado se manteve vigilante e impondo medo à população local de modo perene, desferindo a seguinte sentença: 1) nada poderia sair na imprensa nacional sobre a guerrilha, a fim de não servir como exemplo; e de modo algum, 2) a população local poderia relatar o ocorrido e deveria manter o sigilo sobre o fatídico. Nessa perspectiva, durante um longo período, a Guerrilha do Araguaia ficou sem ressonância e como uma página fechada à força pelos militares, como se nada tivesse acontecido, tentando sepultar a memória coletiva do ocorrido na região.

Somente podemos falar de umas primeiras tentativas de produção bibliográfica sobre o ocorrido com uma entrevista do ex-guerrilheiro do Araguaia e sobrevivente, José Genoíno, após sua saída da cadeia para um jornal de grande circulação. Posteriormente a divulgação, o jornalista Fernando Portela lançou o livro reportagem, *Guerra de Guerrilhas no Brasil* (PORTELA, 1979), no limiar da autoanistia¹ política de 1979,

¹ Podemos denominar a lei da Anistia de 1979 como uma autoanistia, pois fora proposta, editada e submetida para votação pelo instrumento legal do último General da ditadura que governou o Brasil, João Batista Figueiredo (1979-1985). A Lei 6.683 (BRASIL, 1979) concede anistia, dando amparo aos que cometeram crimes conexos, tendo em seu parágrafo primeiro o seguinte: “§ 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.” Melhor explicando, se tornou uma autoanistia, pois de acordo com a lei nem todos os presos políticos puderam sair da cadeia, assim como alguns exilados em virtude da categoria do crime não puderam voltar para o Brasil. Porém, em face do item conexo, todos os militares e civis arrolados aos crimes de lesa-humanidade em virtude das prisões indevidas, sequestros, torturas, assassinatos, ocultações

tornando-se o primeiro livro de testemunho sobre o ocorrido com a epopeia guerrilheira e a sentença desferida pela corporação militar. Conforme o esperado, essa publicação mexeu com os segredos da guerrilha, sigilo que a corporação militar intencionava ardorosamente esconder, sobretudo, porque o livro apresentava em destaque fotos e notas biográficas dos militantes comunistas desaparecidos.

Nesse momento, com as revelações do livro, juntamente com as denúncias do José Genuíno, podemos dizer que seguramente foi a primeira vez que a sociedade civil brasileira se viu confrontada com o ocorrido nas selvas amazônicas, seria, portanto, a memória individual de um guerrilheiro versus a histórica oficial do silêncio edificada pela corporação militar. Também, com muito impacto, foi o momento em que muitas famílias viram as fotos dos seus filhos e filhas perfiladas por meio do livro, tendo o conhecimento de estarem mortos. Contudo, segundo relatos de muitos parentes, teimavam com as fotos e se agarravam num fio tênue de esperança, almejando que, após autoanistia editada pelos militares, seus filhos pudessem voltar em face que o livro foi lançado ainda durante a vigência da ditadura: lendo engano, pois após a autoanistia não houve retorno, somente o silêncio.

Na década de 1980, houve uma luta sistemática dessas famílias com vista a descobrir os paradeiros dos seus familiares, assim como uma tentativa do PCdoB de ventilar o ocorrido com suas primeiras publicações. Destaco que muitas das produções bibliográficas do período restringiram-se por parte do PCdoB, em que vinculava a Guerrilha como epopeia heroica de luta em seus diversos materiais de mandato e periódicos partidários – havendo contraditórios por parte de familiares, ex-guerrilheiros e militantes do PCdoB pela falta de criticidade do ocorrido pelo partido (SOUSA, 2011). Discussões à parte, o que cumpre registrar era uma briga de força descomunal: de um lado, familiares e partido que teimavam em ressoar o ocorrido; de outro lado, a corporação militar petrificada pelo silêncio institucional com escusas intenções de não ventilar os abusos ocorridos contra os direitos humanos aos camponeses e guerrilheiros, intencionalmente como se não nada tivesse acontecido.

A produção no período sobre o tema é quase pífia, conforme já realçado, sendo produto de organização não governamentais como o Grupo Tortura Nunca Mais,

de cadáver ficaram anistiados, portanto, dando segurança aos militares com uma abertura política controlada e sem a devido punição aos crimes efetivados pela corporação militar.

documentos partidários do PCdoB e memórias amiúdes de alguns militantes sobrevivente. Destacamos o depoimento em filme da ex-guerrilheira Criméia Almeida, no importante documentário *Que Bom te ver viva* (MURAT, 1989), em que a sobrevivente comunista depunha, além do evento da Guerrilha, da condição de ser mulher num campo de batalha e, depois de presa, dos infortúnios nos presídios do regime. Destacamos, também, que no ano de 1990 é lançado o livro memorialístico do ex-guerrilheiro Glênio Sá, sobrevivente tanto dos conflitos nas matas amazônica quanto do suplício da tortura após ser preso. O livro possui o emblemático título de *Araguaia, relato de um guerrilheiro* (SÁ, 1990), contando toda a saga de sobrevivência, durante e após o conflito, inclusive o recomeço da sua vida legal depois ter saído do cárcere ditatorial.

Encerrando essa seção, portanto, destacamos que houve uma tímida produção sobre o testemunho da guerrilha no período correspondente aos anos 1970, 1980 até o início dos anos 1990. Reiteramos que a partir de 1985 era o momento de transição da ditadura civil-militar para uma democracia, contudo, era nítido que nascia ainda tutelada e com os vetos dos militares, inclusive na Constituição de 1988 quando houve a tentativa da revisão da autoanistia. Em síntese, naquele período ainda era quase impossível vencer a lei do silêncio e o medo imposto pelos generais ditadores, mantendo inerte e sem solução o ocorrido no Araguaia, assim como os demais crimes sucedidos em todo o território nacional - como se fosse um luto que teimava em existir para todas as famílias que não tiveram a oportunidade de receber os corpos dos filhos e realizar os ritos fúnebres.

2 A reconstrução do Araguaia e a memória insurgente como forma de resistência: os personagens entram em cena

Mesmo com tantos entraves em curso, os anos 1990 procuraram se abrir com outra perspectiva, pois traziam novos governos que estavam dispostos a minimamente mexer no trauma e na ferida aberta que não cicatrizava. Os familiares e ex-presos políticos se mantinham vigilantes, visto que as sequelas eram visíveis nas suas vidas, por exemplo, destacamos que muitas famílias não tinham o atestado de óbito de seus familiares, mesmo já transcorridos mais de 20 anos. Assim, a fim de dar um alento a essas famílias, o governo federal instituiu a lei nº 9.140 (BRASIL, 1995) que visava reconhecer como mortos os desaparecidos políticos.

Nesse processo histórico de viragem dos anos 1990 e 2000, concomitantemente a emergência da esquerda nas urnas, houve um processo mais ampliado de discussão acerca

dos crimes da ditadura civil-militar nos grandes centros e sem o cerceamento ostensivo, conforme era regra nas décadas passadas. De igual modo, percebemos a evolução do diálogo acerca do ocorrido sobre a Guerrilha do Araguaia na grande imprensa sem, aparentemente, censura prévia da corporação militar, haja vista o seu poder se esvanecia paulatinamente com o tempo transcorrido. Somando a esse processo de maior liberdade, constatamos uma evolução do tema em pesquisas acadêmicas com teses e dissertações, demonstrando, portanto, que a Guerrilha do Araguaia estava se transformando paulatinamente num tema emergente para a academia (SOUSA, 2011).

Assim sendo, aproveitando esses ventos de liberdade tardio, registramos o lançamento do livro de Carmo Bernardes, *Xambioá: paz e guerra* (2005), a partir do testemunho vivido do próprio autor. Segundo o prólogo do livro, a obra foi escrita no final dos anos 70 e, de antemão, o autor enfatiza que construiu uma obra de ficção a partir de alguns personagens reais e de fatos políticos do Araguaia. A fim de se preservar, pediu para que o lançamento do livro se desse somente após a sua morte, em 1997, precisamente em face das denúncias certeiras que fazia no livro, haja vista possuía a Guerrilha como pano de fundo. Para melhor compreensão, Bernardes justapunha os personagens de ficção em conjunto com personagens reais, sendo que os reais eram os militares – e o autor não perdoava as Forças Armadas, dando o nome aos comandantes e as atrocidades que tinham cometido na região. Ou seja, como Carmo Bernardes era morador do local, visou salvaguardar sua vida e esperou um momento propício mais brando da história da Brasil para contar as agruras que testemunhou na Guerrilha do Araguaia.

Ainda, torna-se importante registrar que a Literatura de Testemunho que versa sobre a Guerrilha do Araguaia amplificasse nesse início dos anos 2000, momento em que podemos verificar duas bifurcações: 1) os escritores de dentro da região e os 2) escritores exógenos ao espaço geográfico. Quanto ao primeiro conjunto de autores, destacamos que são os que nasceram ou vieram a residir no lócus espacial onde ocorreu a Guerrilha, mais detidamente no sudeste do Pará. Portanto, esses autores acabam sendo os conhecedores do lugar e portador das suas histórias e dos seus testemunhos.

Porém, registramos uma pouca produção emergida dos autores do norte do Tocantins do Bico do Papagaio, geograficamente o território de conflito onde se desenrolou de forma mais marcante o palco do massacre. Ou seja, ao invés da literatura do Tocantins tentar resgatar historicamente o vivido e construir o diálogo, assim como promover os seus diferentes testemunhos e narrativas; não obstante, o que percebemos é

uma literatura que vai na direção contrária promovendo o apagamento e o silenciamento, exatamente como se nada tivesse ocorrido na região. Há diminutas obras que tratam sobre a questão da Guerrilha do Araguaia entre os autores locais, demonstrando mediante análise que a temática da literatura tocantinense procura dar conta sobremaneira aos mitos fundadores do seu estado (CRUZ, 2008; DEBONI, 2007).

Quanto ao segundo conjunto de autores, 2) os denominados escritores exógenos ao espaço, verificamos que suas obras são produtos de uma sistemática saída de campo, de acordo com notas dos autores, assim como uma profunda revisão histórica sobre a Guerrilha, conseqüentemente, bebendo na fonte de outros registros, livros e depoimentos, a fim de construir e dar um lastro de verossimilhanças as suas obras. Torna-se importante realçar que essa distinção não são objeto de críticas acerca dos livros, apenas como marca distintiva dos autores que produziram livros acerca do tema guerrilheiro, podendo ser analisado, inclusive, na forma do testemunho e na apropriação do lócus espacial durante as narrativas.

Nesse cenário em franca abertura e com a tentativa da consolidação democrática a partir dos anos 2010, registramos que ocorreu o lançamento da Lei nº 12.528 que instituiu a Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2011) durante o governo de Dilma Rouseff, outra ex-presença política. Essa legislação tinha como objetivo principal estabelecer os protocolos mínimos acerca da de Justiça de Transição, tão almejada pelas vítimas - sublinhamos a marcação temporal, pois a lei foi editada 26 anos após o fim da ditadura civil-militar. Ou seja, foi somente nesse momento que antigos oponentes vieram a público contando o que aconteceu com eles enquanto perseguidos políticos efetivando um testemunho formal junto ao Estado, assim como muitas famílias vislumbraram cobrar reparação, anistia de fato e demais protocolos inclusos numa política de Justiça de Transição. Porém, reiteramos que a legislação já nascia pactuada que não iria mexer com os crimes de lesa-humanidade cometidos pela corporação militar.

A partir desse percurso histórico, portanto, houve o alvorecer de uma maior amplitude política para se discutir acerca da Guerrilha do Araguaia, conseqüentemente, ocorreu uma produção mais diversificada sobre o período, pois passaram a ser publicado inúmeros livros que focam sobre o ocorrido na região, alguns inclusive que incorporavam o repertório de denúncias realizadas pelos ex-presos políticos, dialogando precisamente com livros já publicados em décadas anteriores. Em síntese, intencionamos demarcar com precisão que a Literatura de Testemunho se ancorou frondosamente a partir dos

testemunhos realizados dos ex-opponentes nas audiências da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2011), igualmente, utilizou-se das narrativas e das memórias submersas dos camponeses que insistiam em cobrar reparações do Estado, conforme ocorrido nos demais países da América Latina (SARLO, 2007), mesmo a despeito de todos os constrangimentos impostos durante décadas por parte das Forças Armadas.

Para fiz de registro, realçamos os seguintes livros cronologicamente produzidos no caudal dessas discussões: 1) *Azul Corvo* (LISBOA, 2010), obra de ficção de Adriana Lisboa, em que as narrativas se cruzam e possuem como pano de fundo paralelo os relatos do personagem Fernando, que desertou da Guerrilha e ao longo do livro demonstrava um ressentimento por ter abandonado a luta. De acordo com a narrativa, a personagem Evangelina, enteada de Fernando, procura as suas origens e acaba encontrando a história do seu padrasto, um ex-guerrilheiro que largou o combate e vive com as suas angústias pelos fantasmas do seu passado.

Na mesma sequência de publicação, o livro 2) *Antes do passado. O silêncio que vem do Araguaia* (BRUM, 2012), livro não ficcional de autoria de Liniane Brum. Poderíamos dizer que esse livro se enquadra nas memórias de segunda geração, uma vez que a autora vai a campo para tentar encontrar as peças de encaixes que falta da sua família. Segundo a autora, visa encontrar referência do seu tio desaparecido político, Cilon Brum Cunha, que desde a Guerrilha, no início dos anos 70, a família não possui nenhuma referência de seu paradeiro. Podemos definir este tipo de Literatura de Testemunho na categoria de diário de busca, tentando montar peças numa intrincada montagem da memória que teima em não se encaixar, uma vez que o seu tio nunca iria se materializar novamente e tampouco, de modo preciso, a autora nunca iria saber os dados fidedignos de como procedeu o seu assassinato e desaparecimento: ficando sempre lacunas e arestas não reveladas, ou seja, com fragmentos imprecisos a ser montado.

. Temos, ainda, o livro 3) *Palavras cruzadas* (GRAMMONT, 2015), também uma obra de ficção escrita por Guiomar Grammont, ambientada nas selvas amazônicas e versando sobre os guerrilheiros. Nessa obra há um relato multivocal a partir de um diário, que durante o livro não se sabe quem escreveu e tampouco se o autor sobreviveu, sendo que somente a partir do clímax da obra constata-se pela leitura do diário que quem escreve é um desaparecido político. De maneira inovadora, nesse livro há a questão do sequestro de bebês filhos dos guerrilheiros, sendo criados de maneira ilegal pelos militares, assunto raramente explorado nessa seara. Fechando as obras recentes, ainda, destacamos o livro

4) *No fundo do oceano, os animais invisíveis* de Anita Deak (2020), livro de ficção que possui um personagem narrador que conta a sua trajetória da infância até a vida adulta, bem como o momento da sua incorporação na Guerrilha do Araguaia e o seu desaparecimento submerso na luta.

Cabe registrar no mesmo percurso, a produção de autores locais, conforme já evidenciado com Carmo Bernardes (2005), com a produção de *Em despropósito (mixórdia)* (PACHECO, 2013), livro do professor universitário Abílio Pacheco de Souza, obra de ficção que possui como enredo a região de Marabá e menciona a violência local, assim como os reflexos da Guerrilha na vida de alguns dos personagens. Igualmente, destacamos o livro de contos, *Crônicas do Araguaia* (MACEDO, 2015), produção do também professor universitário Janailson Macedo, segundo o autor, a obra nasceu após ter escutado os testemunhos reais dos moradores de Marabá durante as oitavas da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Quanto ao livro de Macedo, grifamos que é um livro de contos, mas inspirado diretamente nas dores e testemunhos dos moradores, tornando-se, portanto, um ancoradouro para as memórias sofridas dos personagens que teimavam sofregamente, durante o processo da CNV, buscar a responsabilidade do Estado a fim de curar tantas dores e traumas.

Por fim, no tocante a produção bibliográfica em livro, cabe destacar a excelente investigação jornalística de Eduardo Reina, *Cativeiro sem fim* (REINA, 2019), no mesmo viés que fizera Fernando Portela há 40 anos antes quando lançou *Guerra de Guerrilha no Brasil* (1979). Mas, diferentemente de Portela que investigou o que foi a Guerrilha e os seus personagens, a produção recente de Eduardo Reina procurou pesquisar os sequestros de crianças pelos militares durante o processo de conflito entre a esquerda e a ditadura nos anos de Chumbo. Entre esses casos, o autor se dedica com afinco sobre os filhos de guerrilheiros do Araguaia que foram sequestrados como arma de guerra, justamente a fim de inscrever mais uma das faces do terror ditatorial aos moradores do Bico do Papagaio/TO.

De modo surpreendente, a obra de Reina lançado em 2019, portanto, daria o lastro de uma verossimilhança factível para o livro *Palavras Cruzadas* de Guiomar de Grammont (2015), que mobilizou o mesmo tema acerca do rapto de bebês pelos militares. Reina, metodologicamente fez uma reportagem investigativa minuciosa e com rigor de pesquisa acadêmica fruto da sua dissertação de mestrado, revelando a face mais oculta e cruel do torcionário ditatorial: o sequestro em caráter permanente de filhos de opositores.

Justamente é por isso o nome do livro *Cativeiro sem fim*, uma vez que as crianças nunca foram devolvidas aos pais – sendo muitos criados como filhos pelos seus próprios algozes, num cativeiro silencioso, permanente e sofrido. Quanto aos informes oficiais das Forças Armadas acerca do livro, segundo ao autor, manteve o sigilo e o segredo como objeto a não ser revelado.

Também, procurando outros aportes testemunhais além do impresso, conforme sugere Salgueiro (2012), cabe apontar que houve uma produção cinematográfica efetiva sobre o evento guerrilheiro a partir dos anos 2000. Destacamos os filmes: 1) *Araguaya: conspiração do silêncio* (2004), que procura retratar o evento pelo olhar dos guerrilheiros. Fechando a análise, destacamos o filme 2) *O Pastor e o Guerrilheiro* (2023), livremente inspirado no livro de Glênio Sá (1990), tendo como personagem o guerrilheiro João e um pastor, que nos anos 70, no meio do tormento ditatorial durante prisão, combinam se reencontrar na virada do milênio; porém, João morre num acidente de carro em 1990. Em síntese, o último filme seria a combinação da história não oficial, das memórias individuais submersas insurgentes e da leitura cinematográfica a partir da Literatura de Testemunho publicado no início dos anos 90, num intrincado montagem armada e totalmente à revelia da história oficial manipulada pela corporação militar.

Considerações finais

Conforme a introdução do artigo, possuíamos como objetivo principal examinar a produção concernentes a Guerrilha do Araguaia e as suas imbricações com o campo da memória, de acordo com estudo, verificamos que o referencial bibliográfico sobre o tema é extenso do ponto de vista temporal, possuindo livros memorialísticos, de ficção e contos, assim como filmes e outras obras. Ainda, constatamos a farta elaboração documental partidária do PCdoB, tanto boletins, jornais e revistas, quanto livro sobre o percurso guerrilheiro, contudo, muitas vezes sendo objeto de crítica pelo tom panfletário partidário, pois não possui a criticidade histórica.

Igualmente, percebemos uma produção em teses e dissertações ao longo dos anos 1990, se avolumando a partir da assunção da esquerda nas urnas ao longo dos anos seguintes, sobretudo durante o processo da Comissão Nacional da Verdade. Nesse cenário de tentativa e abertura dos arquivos, mesmo a contragosto da corporação militar, percebemos que a produção da justiça e da academia vieram e se somar com uma efetiva produção para alocar uma nova memória dos fatos ocorrido, a despeito da história oficial

imposta pela corporação militar com os seus silenciamentos forçados e a não revelação do que ocorreu na região. Essas construções e encaixes no tempo presente acabam dando origem a novas versões e, conseqüentemente, guerras de narrativas entre as vítimas e as forças armadas, contudo, a despeito dos silêncios e arbítrios imposto pela corporação militar, o trauma e o medo são um fator que extrapola nos testemunhos.

Nesse cenário criado, com uma abertura mais consistente nos anos 2010, registramos um volume bem maior de referencial bibliográfico, como se produção de livros viessem para endossar os relatos e testemunhos dos personagens que sofreram todo o infortúnio e agruras durante os anos de chumbo, assim como ocorreu nos demais países da América Latina vítimas da sanha ditatorial (SARLO, 2007). Quanto essa produção elaborada nesse início do século XXI, contatamos a bifurcação de autores “nativos” e exógenos ao espaço da Guerrilha. Não obstante, contatamos uma fraca construção dos testemunhos em livros de ficção, ou mesmo memorialístico, dos camponeses locais sobre o ocorrido, sendo a construção dessas narrativas locais materializada por mediadores eruditos oriundos da academia (PACHECO, 2013; MACEDO, 2015).

Em síntese, refletimos que ainda há diversos encaixes da memória, podendo ser montando por mãos distintas, tanto pela lembrança dos ex-guerrilheiros quanto pela lavra de camponeses, contudo, reportando o enfatizado no início do artigo, sempre com encaixes distintos, uma vez que cada personagem vai rememorar o drama de acordo com suas lembranças. Concluindo, mesmo que a memória do ocorrido seja coletiva e parte constituinte das dores perenes na região, entretanto, o relato do trauma, pela dificuldade do inenarrável (SELIGMANN-SILVA, 2008), poderia ser burilado com infinitas possibilidades. Melhor dito, seria montado a partir da capacidade enunciativa de cada personagem em vocalizar a sua dor e, como consequência, formando uma moldura plural e insurgente da Literatura de Testemunho que versa sobre a Guerrilha do Araguaia.

Referências

BERNARDES, C. *Xambioá: paz e guerra*. Ed. ICBC: Goiania, 2005.

BRASIL. *Lei N° 6.683*, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6683.htm> Acesso em: 17 de jun. de 2020

_____. *Lei n° 9.140*, de 4 de dezembro, 1995. Reconhece como mortas e desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas no período

de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979 e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9140compilada.htm> Acessado em 04/05/2023.

_____. *Lei nº 12.528*, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm>. Acessado em 04/05/2023.

BRUM, L. H. *Antes do passado*. O silêncio que vem do Araguaia. Porto Alegre: Arquipélago, 2012.

CRUZ, J. M. S. *A representação do imaginário local em Serra dos Pilões – jagunços e tropeiros e Mandinga*: uma literatura de formação no Tocantins. 150 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Instituto Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2008

DEAK, A. *No fundo do oceano, os animais são invisíveis*. São Paulo: Reformatório, 2020.

DEBONI, M. A. *O papel das academias de letras na formação e caracterização da atividade literária no Tocantins*. 138 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2007.

FIGUEIREDO, E. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2017

GASPARI, É. *A Ditadura escancarada: as ilusões armadas*. São Paulo: Cia das letras, 2002.

GRAMMONT, G. *Palavras cruzadas*. Rio de Janeiro: Rocco, 2015.

LISBOA, A. *Azul-corvo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

MACÊDO, J. *Crônicas do Araguaia* -Marabá, PA: Ed. do Autor, 2015.

PACHECO, A. *Em despropósito (Mixórdia)* – Belém: LiteraCidade, 2013.

PADRÓS, E. S. *Como el Uruguau no hay...terror de Estado e segurança nacional (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. 2 v. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PORTELA, F. *Guerra de guerrilhas no Brasil*. São Paulo: Global, 1979.

REINA, Ed. *Cativeiro sem fim: as histórias dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2019.

SÁ, G. *Araguaia: relato de um guerrilheiro*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1990.

SALGUEIRO, W. O que é Literatura de Testemunho (e considerações em torno de Graciliano Ramos, Alex Polari e André du Rap). *Matraga*, Rio de Janeiro, v.19, n.31, p. 284-303, jul./dez. 2012.

SARLO, B. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007

SELIGMANN-SILVA, M. Narrar o trauma. A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. In: *Revista de psicologia clínica*. Rio de Janeiro: vol 20. N 1 – p. 65-82, 2008.

SOUSA, D. M. *Lgrimas e lutas: a reconstrução do mundo de familiares de desaparecidos políticos do Araguaia*. 235 f. Tese (Doutorado em história) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

Filmes Analisados:

ARAGUAYA: a Conspiração do Silêncio. Direção Ronaldo Duque. Rio de Janeiro: Paris Filmes Distribuidora, 2004 (105 min).

O PASTOR e o guerrilheiro. Direção de José Eduardo Belmonte. Rio de Janeiro: Mercado Filmes, 2023 (105 min).

QUE bom te ver viva uma vez. Direção de Lucia Murat. Rio de Janeiro: Taiga Filmes, 1989. (100 min).